

Manobra adia para hoje votação do projeto que reindexa salários

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Uma manobra da liderança do governo impediu ontem a aprovação no Senado de uma nova política salarial para o País. Prevendo a derrota do governo, o senador Ney Maranhão (PRN-PE) comandou a retirada de alguns senadores do plenário, o que provocou a falta de quórum para aprovar o projeto de lei da Câmara que indexa os salários até a faixa de 10 mínimos. A votação foi adiada para hoje.

A principal surpresa na votação foi o fato de vários senadores que apóiam o governo terem votado contra o governo. O líder do PFL, senador Marco Maciel (PE), foi um deles. "Nós apoiamos o governo porque há uma sintonia entre o discurso do Executivo e o do PFL. Mas não há alinhamento automático", justificou Maciel. Ele explicou ainda ser favorável a um entendimento com o Executivo. "Mas não sendo possível isso, minha posição é a de votar a favor do projeto da Câmara", acrescentou. Marco Maciel é candidato à reeleição ao Senado.

Também o vice-líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), encaminhou a votação a favor do projeto da Câmara, que determina a indexação mensal, com base no IPC do mês anterior, para quem recebe até cinco salários mínimos; entre cinco e dez mínimos, o projeto prevê a indexação trimestral, assegurando ainda um gatilho a ser disparado sempre que a inflação superar 5%. Passarinho criticou, no entanto, o fato de os reajustes não se estenderem aos funcionários públicos.

MANOBRAS

O projeto de política salarial só não foi aprovado por falta de quórum. Dos 30 senadores que votaram nas duas verificações, 27 ficaram a favor do projeto, dois contra e um absteve-se. Se estivessem no plená-



Marco Maciel

rio os 38 senadores necessários para a votação, o projeto estaria aprovado. Isto porque presentes 38 senadores em plenário, basta que 20 deles (maioria simples) votem sim, que a matéria estará aprovada.

Para não ser derrotado hoje em plenário, o Executivo, segundo Ney Maranhão, tentaria uma negociação com as lideranças no Senado. Ele reconheceu que a tendência do Senado é aprovar o projeto e admitiu a possibilidade de os parlamentares aliados ao governo tentarem emendá-lo, o que exigiria uma nova votação na Câmara. O senador Maranhão vai propor a concessão de um abono para quem recebe até três salários mínimos. Por outro lado, o governo tentará votar hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na sessão da tarde do Congresso, encerrando assim as atividades parlamentares. Isso impediria nova votação da lei salarial na Câmara. Resta saber se o governo conseguirá número no Senado para votar a matéria.

Partidos como o PMDB, PDT e PT já avisaram que, se as lideranças governistas obstruírem a votação da lei salarial, eles farão o mesmo com a LDO no Congresso. Com isso, adiam o recesso parlamentar, fazendo com que novas sessões da Câmara e do Senado sejam marcadas.

"Amor com amor se paga", ironizou o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Se a obstrução à lei salarial ocorrer, o PDT e o PT apresentarão também requerimento para que antes da LDO sejam votados os 56 vetos presidenciais que estão na pauta do Congresso.

A liderança do governo trabalhava ontem com a certeza de que não haveria quórum para aprovar a lei salarial. No entanto, 39 senadores compareceram ao Senado.

A saída foi o pedido de verificação de quórum, feito por Ney Mara-

nhão, e apoiado pelos senadores Affonso Camargo (PTB-PR), Odacir Soares (PFL-RO) e Irapuam Costa Jr. (PMDB-GO). Apesar de apoiar a verificação, Costa Jr. votou a favor do projeto. Maranhão e Soares votaram contra e Camargo absteve-se. Deixaram o plenário um pouco antes da verificação os senadores Gerson Camata (PDC-ES), Leite Chaves (PMDB-PR) e Raimundo Lyra (PRN-PB). Estavam no Senado, segundo a lista de presenças, mas não foram ao plenário, os senadores Aluizio Bezerra (PMDB-AC), Áureo Mello (PMDB-AM), João Castelo (PRN-MA) e Lourival Baptista (PFL-SE).